

EGLE GUINANCIO DE SOUZA

**A CIDADE NO CAMPO E O CAMPO NA CIDADE:  
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO  
ESPACIAL E POLÍTICA DAS ZONAS RURAIS DO MUNICÍPIO  
DE NOVA IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada do Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cecília  
Campello do Amaral Mello

Rio de Janeiro

2013

EGLE GUINANCIO DE SOUZA

**A CIDADE NO CAMPO E O CAMPO NA CIDADE:  
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO  
ESPACIAL E POLÍTICA DAS ZONAS RURAIS DO MUNICÍPIO  
DE NOVA IGUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada do Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Mauro Kleiman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cecília Campello do Amaral Mello

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Para Anna e Adilson  
Exemplo, amor e saudade.

## Agradecimentos

Aos meus pais Antonio Carlos Silva de Souza e Cristina Silva Guinancio de Souza pelo incentivo, amor e por tudo que fizeram para garantir uma boa educação e oportunidades.

Ao meu irmão Heitor Guinancio de Souza pelo amor, parceria e cumplicidade, que a nossa amizade seja eterna.

A minha avó Anna Maria da Silva Guinancio, exemplo de determinação e afeto.

Ao meu avô Adilson Guinancio que está sempre perto, ainda que meus olhos não vejam.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Cecília Mello por toda ajuda e contribuição para realização deste trabalho.

Ao Prof<sup>o</sup>. Robert Pechman que me ajudou a dar o primeiro passo na busca dos meus sentidos.

A Raphael e Silva Girão pela motivação, amizade, carinho e risos.

A todos os meus amigos e familiares que tornam o caminho bom.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação.

A cidade de Nova Iguaçu que, apesar de todas as dificuldades e contradições me deixa orgulhosa de ser iguaçuana.

Quem sabe, esta cidade me significa.

Paulo Leminski

## Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as transformações sociais, econômicas e espaciais ocorridas no município de Nova Iguaçu a partir da evolução da agricultura. As produções agrícolas marcam historicamente o início da ocupação e povoamento do município, que hoje este compõe a Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e é considerado um município urbanizado pelo IBGE. No entanto, as zonas agrícolas não desapareceram, pelo contrário, elas continuam desempenhando um importante papel na economia e na configuração do espaço. Nosso objetivo é discutir a dicotomia entre os espaços urbano e rural, considerando a valorização do primeiro, uma vez que agrega a ideia de modernidade e a estereotipação negativa do segundo, tido como lugar do atraso. Para tanto, tomaremos como referência os Planos Diretores de 1997, dos quais por interesses e divergências da política local as zonas rurais foram excluídas e o Plano Diretor de 2008, que resgata as zonas rurais e garante direitos aos seus ocupantes. Em meio aos conflitos políticos, analisaremos as percepções dos agricultores e, as práticas agrícolas presentes nesta região da periferia da Baixada Fluminense que é também faixa de amortecimento vegetal para a manutenção da preservação da Reserva Biológica Federal do Tinguá.

Palavras-chave: Agricultura. Urbanização. Espaço Urbano e Rural. Planos Diretores. Nova Iguaçu (RJ).

## Abstract

This study aims to analyze the social, economic and spatial transformations occurred in the municipality of Nova Iguaçu from the point of view of the evolution of agriculture. Agricultural production historically marks the beginning of the occupation and settlement of the city. Today it is part of the Metropolitan Region of the city of Rio de Janeiro and is considered an urbanized city by IBGE. However, agricultural areas did not disappear, on the contrary, they continue playing an important role in the economy and in the configuration space. Our objective is to discuss the dichotomy between urban and rural areas, considering the association of the first, with the idea of modernity and the negative stereotyping of the second, defined as the space which hasn't evolved. In order to achieve this aim, we use as reference the Plano Diretor 1997, in which rural areas were excluded due to political interests and the Plano Diretor 2008, which rescues rural areas and ensures rights to its inhabitants. Amid the political conflicts we here analyse the agriculturer's perceptions as well as the agricultural practices in this region of the periphery of the Baixada Fluminense also known as the buffer zone of the Federal Biological Reserve Tinguá.

Keywords: Agriculture. Urbanization. Urban and Rural Space. Plano Diretor. Nova Iguaçu (RJ)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das Zonas Rurais do Município de Nova Iguaçu	32
Figura 2 - Mapa de localização	38
Figura 3 - Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 1833 e 1947	43
Figura 4 - Fotos da Feira da Roça, Praça Rui Barbosa – Nova Iguaçu	50
Figura 5 - Plantação de aipim no município de Nova Iguaçu	51
Figura 6 - Plantação de milho numa pequena propriedade	52
Figura 7 - Jiló e aipim gêneros agrícolas produzidos em Nova Iguaçu	52



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produção de Olericultura no município de Nova Iguaçu	53
Tabela 2 - Produção de Fruticultura no município de Nova Iguaçu	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI – Complexos Agroindustriais

CTN – Código Tributário Nacional

EMATER - RIO – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGNI – Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NIMA – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente

PEA – População Economicamente Ativa

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SPI – Setores de Planejamento Integrado

URG – Unidades Regionais de Governo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>RECORTE TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>As transformações na agricultura brasileira: uma visão geral.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Espaço agrícola x Paisagem urbana.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Espaço urbano x Espaço rural.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4</b>	<b>Os espaços rurais em Nova Iguaçu.....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Levantamento bibliográfico.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>Pesquisa de campo.....</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1</b>	<b>Localização do município.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2</b>	<b>Histórico de ocupação e povoamento de Nova Iguaçu pela agricultura.....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>45</b>
<b>5.1</b>	<b>Espaços agrícolas na cidade de Nova Iguaçu.....</b>	<b>45</b>
<b>5.2</b>	<b>Políticas públicas para a agricultura urbana em Nova Iguaçu.....</b>	<b>48</b>
<b>5.3</b>	<b>Aspectos da produção, sócio econômicos e associativos.....</b>	<b>50</b>
<b>5.4</b>	<b>As narrativas dos agricultores.....</b>	<b>54</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>64</b>
	Apêndice A - Questionário socioeconômico destinado aos agricultores familiares urbano do município de Nova Iguaçu.....	64

## 1 INTRODUÇÃO

### **Memórias da infância**

Antes era o barro, a chuva e o cheiro de terra molhada  
Era o trigo, o fogo, o sino e o cheiro de pão fresco  
Era a avó, o tempo arrastado e o cheiro de doces caseiros  
Era a rua, as brincadeiras e o cheiro de pipoca do Seu Zé  
Era o carro, a escola e o cheiro de comida da Dona Maria  
O tempo passou  
O lugar sossegado agora está agitado  
Não tem mais lama  
Não tem mais forno à lenha  
Não tem mais o Seu Zé e a Dona Maria  
Não tem mais crianças na rua  
Só tem saudade

O poema acima revela uma parte das percepções e inquietações que tenho no que se refere às transformações que ocorreram em pouco tempo no município de Nova Iguaçu. Sendo assim, neste estudo buscaremos entender, a partir do contexto histórico nacional como aconteceu o processo de formação do município de Nova Iguaçu. Para isso, partiremos da expansão e desenvolvimento do setor agrícola em todo território nacional em diferentes épocas e momentos políticos. Com tal contextualização chegaremos no período da assim chamada “transição do Brasil rural para o Brasil urbano”, impulsionado pela industrialização, resultando na metropolização das principais cidades, assim com em novas dinâmicas e práticas políticas relativas à agricultura. Em Nova Iguaçu, os debates e pesquisas sobre modelos e dimensões do espaço agrário ainda são pouco discutidos e estão sempre relacionados ao poder municipal.

O *locus* dessa investigação é o município de Nova Iguaçu, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro onde, buscaremos compreender como os espaços urbano e rural coexistem e estão organizados. O município seguiu o padrão de urbanização e industrialização implantado em todo país, passando rapidamente do meio rural, para um meio praticamente urbano. Como podemos perceber o uso do

vocábulo *praticamente* – mencionado acima – faz referência as classificações espaciais que definem o município como totalmente urbanizado. No entanto, a situação é um pouco mais complexa: a classificação do município como completamente urbanizado acarretou uma série de consequências que resultaram em falta de políticas e planejamento público, organização da população, atrasos em serviços e implantação de infraestruturas no município, principalmente nos espaços rurais, e outras contradições que veremos no decorrer da pesquisa.

Dessa maneira, o nosso objetivo é mostrar o histórico de ocupação, a formação e dinâmicas pretéritas e atuais do município, destacando o importante papel desempenhado pela agricultura nos bairros localizados no em torno de uma Reserva Biológica, além das diversas transformações que modificam o espaço por meio das ações urbanizadoras. Objetivamos mostrar as dificuldades de definição e os problemas existentes na complexa “dicotomia” campo x cidade.

Os capítulos foram organizados de forma que houvesse um recorte teórico para dar maior embasamento às ideias levantadas, incluindo na discussão sobre as transformações ocorridas na agricultura brasileira, buscando contribuir com um panorama geral. Em seguida, levantamos de algumas questões relacionadas aos conceitos de espaço agrícola e paisagem urbana fazemos uma breve exposição de ideias sobre a dicotomização dos espaços urbanos x espaços rurais. Apresentaremos o processo de rápida transição ocorrida no Brasil e a utilização do espaço rural para fins de expansão urbana. Ao mesmo tempo, apontamos a tendência inversa, o caso em que, o espaço rural se apropria do que é definido como urbano, de modo a complexificar as elaborações teóricas em torno da dicotomia rural-urbano.

No capítulo sobre as metodologias utilizadas na pesquisa mostraremos um levantamento bibliográfico feito a partir das teses dos principais teóricos/pesquisadores que analisam a tênue relação entre espaço urbano e rural. Analisamos em seguida as legislações que definem os sentidos do rural e do urbano e ainda, as dificuldades de definição e os problemas relacionados na confecção e análise desse fenômeno, recorrente em duas esferas; na empírica e na teórica. Para melhor o entendimento das características, formas e processos de organização da agricultura específicos do

município de Nova Iguaçu, realizamos pesquisas de campo e entrevistas com moradores da região do Tinguá.

Dedicamos um capítulo para a investigação sobre o histórico de ocupação e povoamento do município pela perspectiva da evolução e transformações da prática da agricultura.

O último capítulo traz uma análise dos resultados obtidos pela pesquisa de campo, articulando-a com a busca de compreensão da legislação municipal e das disputas políticas relativas à delimitação rural-urbano. Para isso, detalharemos o espaço que as áreas agrícolas ocupam em Nova Iguaçu, as políticas públicas e os conflitos políticos que interferem nas práticas agrícolas desenvolvidas no município. Finalmente, trataremos dos aspectos gerais da produção, sócio econômicos e associativos, como também as novas políticas públicas que têm como objetivo principal o atendimento/provimento das zonas rurais definidas pelo Plano Diretor de 2008. Por fim, nas considerações finais, fazemos uma síntese das abordagens desenvolvidas neste estudo.

## 2 RECORTE TEÓRICO

### 2.1 As transformações na agricultura brasileira: uma visão geral

No Brasil, a agricultura foi profundamente marcada pelas suas origens coloniais, que possuía como modelo de economia e de sociedade, o incentivo aos latifúndios, as monoculturas, destinadas à exportação e a mão de obra escrava. Os sucessivos ciclos econômicos corresponderam à evolução e variação do mercado internacional, deixando o setor agrícola suscetível às alterações nos padrões de exportação. A fragilidade e dependência social e política dos agricultores foram reforçadas, fazendo prevalecer, por décadas, as relações do tipo senhor/escravo. (LAMARCHE, 1993)

Nos livros e registros jornalísticos<sup>1</sup>, principalmente os mais antigos, que narram a história do país e do povo brasileiro, poucas são as referências encontradas sobre a importância dos trabalhadores, agricultores rurais e pequenos proprietários para os diversos segmentos da sociedade e manutenção da economia. Reflexo da perpetuação de práticas opressoras.

A importância do setor agrário vai desde a alimentação, imprescindível para a manutenção da vida, até a construção do vasto território brasileiro. Dessa forma, as memórias, assim como, as histórias foram contadas, em grande parte, sob a perspectiva da grande agricultura escravagista, monocultora e voltada para exportação – com destaque para os ciclos da cana-de-açúcar, da laranja e do café – sendo escassos os registros históricos que mencionam a pequena agricultura, a produção para manutenção da população brasileira, os espaços ocupados por estas, e principalmente, quem eram os atores sociais que as tornavam reais. (PRADO JÚNIOR, 1999)

Com a ampliação do acesso à informação através dos meios de comunicação e a liberdade de escrita e pensamento crítico, a historiografia brasileira contemporânea tem dado maior destaque para o espaço rural, assim como para o camponês e/ou

---

<sup>1</sup> As informações obtidas e as pesquisas foram feitas em material disponível no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de História da Baixada Fluminense; e, na Biblioteca Nacional.

agricultor - ator social atuante - identificando suas particularidades, configurações, formas de vida, além das respectivas formas de organização espacial.

Prado Júnior (1999) analisa o processo de colonização do território brasileiro através da doação de sesmarias –grandes extensões de terras concedidas a particulares que deveriam manter e fazer com que esta gerasse dividendos para a Coroa Portuguesa e seus aliados. Assim, surgiram no Brasil os primeiros latifúndios - vastas extensões de terra sob domínio dos senhores de terra, que assumiam os riscos de todo investimento, despesas e os altos custos de produção.

Nesse contexto ganha destaque o modelo de exploração da mão de obra escrava, no qual os africanos eram capturados e comercializados, a fim de reduzir os gastos e aumentar a lucratividade. A necessidade de exportar em grande escala era crescente e ocorria simultaneamente à ampliação dos mercados.

Graziano da Silva (1990) verificou que todas as atividades produtivas do período colonial brasileiro giravam em torno da agricultura e do comércio e a atividade industrial era praticamente inexistente. A finalidade básica dos latifúndios escravistas era a produção agrícola destinada ao comércio com países estrangeiros. O foco da produção estava sempre mudando à medida que mudavam os interesses comerciais e os padrões do mercado externo. Assim:

[...] o latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas em torno deles, havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e mestiços que desempenhavam uma série de atividades, entre elas a agricultura. Esses agricultores ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte de sua produção nas feiras das cidades. Aí está à origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.23).

Os latifúndios do período colonial também eram produtores de gêneros destinados à alimentação. Comumente essa produção era desempenhada por pequenos agricultores, que pagavam um determinado valor e prestavam serviços gerais relacionados ao restante da propriedade e em troca utilizavam uma parcela da terra. Há também alguns registros históricos de escravos e de trabalhadores livres que em alguns



latifúndios podiam produzir fora da sua rotina de trabalho, gêneros alimentícios destinados à subsistência. (MOREIRA, 1995)

No trabalho de Moreira (1995) é revelado que a produção de alimentos nos latifúndios estava subordinada ao preço do principal produto das pautas de exportação. Quando o preço do açúcar, por exemplo, estava em alta no mercado externo, todos os pedaços de terra eram destinados exclusivamente a sua produção, fato que acarretava a diminuição da produção de alimentos. Logo, durante os períodos de alta nos preços do principal gênero agrícola, era comum uma grande parcela da população ser abatida pela fome, pois com diminuição da produção destinada à subsistência, a tendência era um expressivo aumento no preço dos alimentos produzidos pelos camponeses, o que impactava principalmente a população mais pobre, que via-se submetida a restrições nutricionais.

O início do século XIX marcou o fim das sesmarias e mudanças na legislação brasileira como a regularização da posse das terras devolutas. Essas medidas provocaram um rápido aumento das pequenas e médias propriedades rurais no país. Em meados desse mesmo século, teve início o declínio do regime escravagista. Em 1850, mediante pressões internacionais, o governo brasileiro proibiu o tráfico negreiro e criou a Lei de Terras que definia as formas de acesso à propriedade, preconizava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a relação de compra e venda, sendo o governo responsável pelo destino dado aos rendimentos obtidos nessas transações. Esses rendimentos teriam como objetivo principal o financiamento das despesas com a vinda dos colonos europeus para substituição dos trabalhadores escravos. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.25). Com a Lei de Terras, o Brasil transforma o solo em mercadoria.

Fazendo um avanço temporal, o período que se estendeu entre os anos de 1933 a 1955, marcou uma fase de transição na economia brasileira. Rodrigues (2006) aborda em sua tese o momento histórico que o setor industrial ganha projeção e começa a se consolidar de maneira gradual e constante. O centro das atividades econômicas – que era então o setor cafeeiro – deslocou-se para o setor industrial que gradualmente consolidou-se nos processos de acumulação do capital. Nesse contexto, o Brasil

começa a deixar de ser um país eminentemente agrícola para ser um país em processo de industrialização.

O desenvolvimentismo pode ser entendido como o processo de modernização promovido por meio de grandes investimentos no setor industrial, buscando modificar a tradicional base econômica, fundamentalmente agrícola, a partir de 1930, com a política de substituição das importações que atingiria seu auge entre os anos de 1955 e 1960. (GRAZIANO DA SILVA, 1990). No entanto, o poder político da oligarquia latifundiária não foi reduzido rapidamente. Ações estratégicas do governo foram traçadas, a fim de que fossem feitas transferências dos recursos, antes destinados à agricultura, para projetos de implementação e expansão do setor industrial, buscando com essas medidas impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

Por um lado, essa estratégia adotada pelo governo intensificou e acelerou o processo de industrialização, provocando o enfraquecimento do poder das oligarquias, e fazendo crescer o êxodo rural assim como, a situação de pobreza daqueles que migravam do campo para áreas que estavam em processo de urbanização Surge no cenário nacional os primeiros Movimentos Sociais Rurais<sup>2</sup> que tinham como bandeira a resistência para permanência no campo. (PORTELA, 2013)

Para viabilizar o processo de substituição das importações<sup>3</sup>, cujo objetivo era favorecer a produção interna, tornava-se fundamental a implementação da indústria de base como, por exemplo, a siderurgia, petroquímica, metalurgia, que foram instaladas entre os anos de 1955 a 1961.

No começo da década de 1960, que corresponde ao final da fase de industrialização de base, teve início a instalação das fábricas de máquinas e as primeiras montadoras. Para o campo, era estimulada a produção nacional de insumos

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que uns dos primeiros movimentos sociais rurais a surgir no Brasil ocorreram entre as décadas de 1950 e início de 1960. As Ligas Camponesas eram formadas por pequenos proprietários, arrendatários, e trabalhadores agrícolas dos grandes engenhos de açúcar da zona da Mata Nordeste, que lutavam pela sindicalização rural e contra a apropriação das terras dos pequenos proprietários pelos usineiros nordestinos. (SILVA, 2009)

<sup>3</sup> Um determinado produto que era comprado no exterior passava a ter sua produção estimulada no país através do estabelecimento de barreiras alfandegárias, que estabeleciam desde impostos elevados até a proibição da importação.

agrícolas. Nesse momento ganha expressão no cenário industrial a produção de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, destinadas ao atendimento e beneficiamento do setor agrícola. Para garantir a ampliação e contínuo crescimento do segmento industrial destinado à agricultura, o Estado criou um conjunto de políticas agrícolas que visavam incentivar à aquisição de produtos nacionais a fim de estimular os novos ramos da indústria emergente. (GRAZIANO DA SILVA, 1990).

O período de crise econômica entre os anos de 1961 a 1967, marcou o aumento do tamanho das propriedades e a organização das Ligas Camponesas, ou seja, os trabalhadores rurais começaram a ser organizados com apoio de partidos políticos de esquerda e dos movimentos sindicais, conseguindo exercer, a princípio, relevante participação no governo e tendo como bandeira a busca pela reforma agrária.

Em 1964, o governo federal assinou um decreto que desapropriava as terras às margens das principais rodovias a fim de dar início ao processo da reforma agrária, medida que foi considerada como “comunista” para os setores conservadores da sociedade brasileira. O governo de João Goulart foi caracterizado pelo grande apoio conferido às manifestações populares, estudantis e sociais, além da questão da reforma agrária que dividia opiniões na cena política, e era tida pelo presidente como indispensável à eliminação dos latifúndios, que representavam o principal obstáculo para o desenvolvimento do Brasil. O presidente assegurou direitos básicos ao trabalhador rural por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963. Foi responsável pela criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), que tentaria implementar a reforma agrária. Com a medida aprovada, demorou pouco tempo até que o presidente João Goulart sofresse o Golpe Militar e fosse deposto. O Brasil entrava em um sombrio período histórico que foi o regime militar, com longa duração entre 1964 e 1988. (LOUREIRO, 2009)

Com o golpe militar de 1964 e a consequente perseguição dos partidos de esquerda, os movimentos organizados no campo foram desarticulados. Segundo Silva (2009) o resultado desses atos políticos foi a diminuição da participação social que buscava implementar o conceito de campesinato enquanto classe em luta.

Graziano da Silva (1990) revela que o modelo de desenvolvimento para o campo, priorizava a modernização através da implantação de novas tecnologias aplicadas aos produtos agrícolas destinados à exportação. Afirma Porto (1997) que os agricultores foram classificados pelo tamanho de suas áreas e de sua produção, dividindo-os em grandes, médios e pequenos. Com isso, as desigualdades foram acentuadas. Categorias operacionais foram estabelecidas para a aplicação diferenciada de políticas públicas como, o crédito rural, a pesquisa e, seus desdobramentos para o espaço rural. Nesse contexto, os camponeses passaram a ser tratados como pequenos produtores. Porto (1997) afirma que:

[...] o conceito de pequena produção contribuiu para uma relativa despolitização de tema. [...] ao conceito de campesinato associava-se, sobretudo um conceito político e ideológico que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção. (PORTO, 1997, p.29).

Com o regime militar a política continuava seguindo a lógica desenvolvimentista, o que fez com que a questão agrária fosse pouco discutida. A concentração da propriedade da terra foi aprofundada pela modernização e o êxodo rural aumentou, provocando aumento no número dos conflitos no espaço rural.

Sauer (1998) mostra que para atender aos interesses internacionais foram adotadas medidas que objetivavam a redução dos conflitos agrários, uma vez que estes ameaçavam o poder. No entanto, estas não minimizaram os conflitos que continuavam a crescer. Sendo assim, o governo agiu obrigando o Congresso a aprovar o Estatuto da Terra, criado no ano de 1964, dando início a perseguições e repressões dos movimentos agrários e ao assassinato de lideranças. Tais medidas persistiram até o fim do regime militar em 1988.

A intenção dos militares ao modificar o Estatuto da Terra não era promover a reforma agrária, mas sim, criar um instrumento com amparo legal que fosse capaz de exercer controle sobre as demandas camponesas. O Estatuto foi reformulado com a finalidade estratégico-militar de assegurar que as lutas populares no campo ficassem restritas ao âmbito administrativo, ainda que os grandes latifundiários pudessem encará-las como uma ameaça às suas propriedades e ao seu poder político. (SAUER, 1998, p.33).

Os anos de 1972 a 1976, período conhecido como “milagre econômico” foram marcados pela realização de grandes obras de infraestrutura e por forte dinamismo econômico motivado pelo processo de endividamento maciço pelo Estado, o que possibilitou grandes investimentos públicos no país. Este momento histórico pode ser entendido como: “fase da subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas [...] pelo desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira [...]” (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.32).

Graziano da Silva (1990) traduz de forma muito clara como esse fenômeno aconteceu em diversas partes do país. O governo priorizava o desenvolvimento capitalista das cidades e espaços urbanizados, em detrimento dos espaços rurais que foram empurrados para o interior e as áreas fronteiriças, ficando submetidos as políticas e práticas econômicas ditadas pela cidade. As intervenções, inovações e investimentos proporcionados pelo poder público foram reduzidos, gerando conflitos referentes às proporções reais dos espaços urbano e rural em diversos municípios brasileiros.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por profundas transformações no setor agrário brasileiro. Neste momento, a “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização dos espaços rurais. Posteriormente, este processo começou a integrar a agricultura aos diversos setores industriais, financeiros e comerciais. Resultando nos Complexos Agroindustriais<sup>4</sup> (CAI).

Durante a década de 1990 o governo começa a disseminar publicamente a ideia de que a reforma agrária é desnecessária, usando este ideal como forma de aproximação social e política dos países que defendem esta mesma ideia. Tal

---

<sup>4</sup> Nos Estados Unidos, os agricultores lutavam pela sobrevivência da tradicional agricultura familiar, até então o esteio do sistema agrário do país. No Brasil, luta-se, ainda, pela propriedade da terra por parte, principalmente, dos pequenos produtores que foram expropriados dos meios de produção. Estes dois eventos, à primeira vista desconectados entre si no tempo e no espaço, ilustram os efeitos perversos do avanço das relações capitalistas no campo que ocorrem em escala planetária. Nesta perspectiva, estudos sobre a atividade rural, devem contemplar o processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Neste sentido, o Brasil, se constitui como um espaço atrativo para a expansão do *agrobusiness* e, com ele, um novo padrão agrícola, o chamado “complexo agroindustrial” (CAI). Este significa precisamente a modernização da agricultura, na forma de Complexos Agroindustriais (CAIs) e seus reflexos estão sobre a agricultura, nas relações de trabalho, nas relações com o mercado, na produção e na produtividade. (ERTHAL, 2006 p. 5)

concepção evidencia o modelo de agricultura dual vigente no país e tende a acirrar ações radicais de movimentos sociais que defendem a primazia de uma reforma agrária para a recondução do Brasil na via de um desenvolvimento justo do ponto de vista social. Graziano da Silva (1999) traz a concepção do “novo rural” que, segundo o autor, vem se apresentando como uma justificativa para as políticas brasileiras que conservam as desigualdades sociais e econômicas no espaço agrário.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem realizando um conjunto de ações voltado para o planejamento e financiamento da produção agrícola brasileira especialmente dos Complexos Agroindustriais, isto é, os grandes produtores, que se beneficiam de novas linhas de crédito a juros baixos e capacitação técnica associada à intensificação da utilização de insumos da indústria química (agrotóxicos) e de biotecnologia (transgênicos) nas propriedades rurais. As propostas divulgadas pelo MAPA para o início da década de 2010 tem como metas: garantir a segurança alimentar, regionalizar as políticas de apoio ao produtor e priorizar o incentivo ao cooperativismo e à produção agrícola com redução na emissão de gases poluentes. (MAPA, 2013)

De acordo com as resoluções do Banco Central (maio/2011), o Ministério da Agricultura lançou um conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção constituindo uma base para as políticas agrícolas. Essas ações se dividem em três grandes linhas de atuação: gestão do risco rural, crédito e comercialização. Resumindo, o MAPA auxilia na gestão do risco rural em duas frentes: antes de iniciar o cultivo, o agricultor conta com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - essa ferramenta tecnológica que indica o melhor período para se plantar em cada município do país, conforme a análise histórica do comportamento do clima. E, para se proteger dos prejuízos causados por eventos climáticos adversos, o produtor pode contratar o Seguro Rural com parte do subsídio conferido pelo ministério. As políticas de mobilização de recursos viabilizam os ciclos do plantio e oferecem linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização. Vários programas financiam diversas necessidades dos produtores, desde a compra de insumos até a construção de armazéns.

Cabe destacar que estas são as propostas elaboradas e apresentadas como propostas de governo do MAPA e não é mencionada a garantia de efetivo cumprimento e o atendimento de todos os agricultores pelas metas mencionadas.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possui as seguintes competências: 1) a reforma agrária, 2) a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, e 3) a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Segundo as informações disponíveis pelo MDA o município de Nova Iguaçu recebe investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF- 2012/2013) e tem 177 famílias que ocupam uma área reformada de 10.192,24 hectares de terras da Reforma Agrária.

Embora as transformações de fato ainda sejam pequenas na prática, ressaltamos que a mudança do olhar histórico sobre a agricultura brasileira é cada vez maior, assim como o número de pesquisadores que tem se dedicado a desvendar e narrar esta história esquecida, vivida pelos pequenos e médios agricultores, relatando as lembranças das lutas camponesas, suas dificuldades diárias e as transformações ocorridas. O governo federal vem dando alguns passos que podem ser considerados relevantes para a melhoria da pequena agricultura, ao pautar como proposta a revisão das políticas públicas para que não sejam benéficas somente para os latifundiários e grandes exportadores, e possam se regionalizar e incentivar o cooperativismo.

O Brasil historicamente sempre se destacou no cenário mundial como um país de base comercial destinada à exportação de gêneros agrícolas. Todavia, com o discurso da modernização temos visto que diversas cidades de pequeno e médio porte sofreram por décadas uma estagnação dos incentivos e investimentos governamentais que deveriam ter impulsionado as áreas rurais. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O campo, atualmente possui diversos serviços e participação de setores, considerados por muito como sendo tipicamente urbanos. O fato do campo estar inserido na cidade ou a cidade estar inserida no campo não altera as características originais e não exclui a população do acesso às modernas práticas sociais. Sendo

assim, a classificação dos espaços em rurais ou urbanos deve ser feita de forma que seja reconhecida a existência de atividades e práticas, sejam elas agrícolas e ambientais ou urbanas e industriais.

## **2.2 Paisagem urbana X Espaço agrícola**

A paisagem urbana tem como marca principal as intensas modificações do espaço, resultado do variado e complexo modo produção predominante. Essas modificações expressam a lógica capitalista de produção que, além de um acentuado grau de artificialização dos elementos que compõem a paisagem, possui um ritmo temporal controlado e acelerado. Sendo assim, as transformações que ocorrem no processo de produção e reprodução do espaço urbano são facilmente sentidas e percebidas. (SANTOS, 2008)

No espaço urbano a paisagem se transforma constantemente, casas dão lugar a prédios, o fluxo de pessoas e automóveis é diariamente intensificado, ruas dão lugar a grandes vias de circulação e o consumo e os lugares de consumo estão em plena expansão. No espaço rural, o tempo e as transformações não seguem a mesma lógica do espaço urbano, os acontecimentos estão muitas vezes relacionados ao tempo da natureza e dos ciclos agrícolas. O tempo é, portanto, mais lento, assim como as transformações que ocorrem no espaço.

No Brasil o processo de urbanização se expandiu com intensa rapidez, pouco planejamento para a expansão das cidades e, como vimos, as áreas rurais foram empurradas para as áreas de fronteira. O espaço urbano se expande, pois apresenta inúmeros elementos atrativos, como a concentração de atividades e serviços oferecidos. Santos (2005) mostra que nas décadas passadas o espaço urbano ainda recebeu um grande número de população rural expulsa do campo pela intensa lógica



de expropriação do modo de produção capitalista<sup>5</sup> aumentando assim a concentração populacional nas grandes cidades.

As comparações entre os espaços urbano e rural perpassam muitas vezes pelo maior ou menor grau de concentração de serviços que estes possuem. Desta forma, as cidades representam as instituições modernas, dotadas de diversificados serviços, funções sociais e atividades econômicas. Já o campo, muitas vezes é caracterizado pela dispersão populacional, ausência de poder público e falta de prestação de vários serviços e de bens para consumo, facilmente identificados no espaço urbano. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 20) O campo é tido pelo senso comum, e também por muitos governantes, como o lugar da ausência – em algumas situações essa ideia predominante prejudica o desenvolvimento e atração de investimento – motivando situações como a que veremos a seguir, em que o campo é renomeado administrativamente, passando a ser considerado como espaço urbano.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1999) em sua pesquisa observa que o meio rural ainda consiste seja no imaginário, seja na realidade, como o lugar da precariedade social. É comum ouvirmos no discurso do senso comum que os moradores de áreas rurais precisam se deslocar consideráveis distâncias para chegar à cidade, lugar onde serão encontrados serviços e comércio, além das instâncias do poder judiciários e instituições públicas.

Abramovay (2007) irá considerar equivocado o entendimento de que, necessariamente, devem-se vincular os espaços rurais à ausência de serviços, de cidadania, ao atraso e à ausência. Para este pesquisador, a implementação de todas “modernidades” e aparatos do urbano, nos espaços rurais, não representam necessariamente a urbanização ou o atraso do campo. Até porque temos observado uma mudança curiosa nas caracterizações do espaço rural, uma vez que estes têm incorporado serviços e funções urbanas, sem necessariamente perder sua característica rural e sua representatividade. Pelo contrário, o rural tem conseguido ganhar expressão e visibilidade através de pesquisas acadêmicas e das reafirmações dos movimentos sociais, do cooperativismo e do associativismo, por exemplo.

---

<sup>5</sup> Êxodo rural.

Em Santos (2005) teremos uma proposta de que a clássica divisão entre os espaços rural e urbano deveria ser substituída pela divisão em dois grandes subtipos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos, consequência dos avanços da sociedade contemporânea, tanto nos setores econômicos quanto nos aspectos territoriais e toda a extensão territorial brasileira estaria coberta por regiões agrícolas e urbanas simultaneamente.

Para Santos (2005) os espaços urbano e rurais se fundem e são de certa medida intrínsecos uns aos outros. O diferencial apresentado pelo autor será o reconhecimento da enorme diversidade regional do país, que estará alicerçada em uma diferenciada expansão do que o mesmo denomina *meio técnico-científico*, o qual inclui uma grande variedade de situações particulares, que possuem complexa classificação e conseqüentemente, demandam melhor capacitação técnica dos órgãos responsáveis.

Visão contraditória e que prevalece juridicamente é aquela que considera o urbano, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN)<sup>6</sup>, isto é, as áreas que possuem ao menos dois tipos de infraestrutura básica, sendo elas: meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar e escola primária ou posto de saúde a uma distância de no máximo 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. Nesta concepção, o espaço rural, para se manter preservado não poderia ser beneficiado por qualquer aparato tecnológico que objetivasse o melhoramento das condições vida da população. Logo, a ruralidade de um determinado espaço estaria vinculada, neste caso, à ausência total de tecnologias e beneficiamentos estruturais do espaço, estando eternamente subordinado à rusticidade e a precariedade.

Para Bagli (2008), se as análises continuarem sendo realizadas embasadas nas aparências, graves erros serão cometidos porque:

Se o urbano é tudo aquilo que possui infraestrutura, aquilo que não possui deixa de sê-lo. Por essa lógica, áreas imensas situadas no interior das cidades, como por exemplo, as favelas desprovidas de

---

<sup>6</sup> Código Tributário Nacional. Art. 32 § 1º e 2º

infraestrutura como, água encanada, esgoto, luz elétrica e telefone, não seriam urbanas. (BAGLI, 2008, p.96).

Esta citação expressa de forma bastante clara todas as contradições e a tamanha complexidade em se definir e classificar as maneiras de (re)organização e (re)produção do espaço. Acreditamos que a classificação do espaço não está condicionada à presença ou ausência de determinados serviços e infraestruturas, pois abrangem diversos fatores que vão muito além da estrutura visível ou aparente das localidades.

Segundo Portela (2013), é urgente superar o estereótipo que se faz do rural sinônimo de agrícola, de atraso, de natural, enquanto o urbano é tido como sinônimo de moderno, de progresso, de sede industrial e tecnológica. Superar os estereótipos proporcionará que as análises espaciais se aproximem do real, atendendo as necessidades da população, ao reduzir as contradições que estão postas. Os espaços devem incorporar serviços e funções diversas que atendam a todos os cidadãos independentemente do espaço ser denominado rural ou urbano.

### **2.3 Espaço urbano X Espaço rural**

O Brasil é um país de dimensões continentais e diante de um território com grande extensão é indispensável que ocorra um melhor incentivo ao desenvolvimento planejado do espaço urbano. Todavia, antes de entrarmos nas questões referentes aos problemas e definições do que é urbano e do que é rural, precisamos contextualizar as definições dos municípios brasileiros. Para o IGBE, os municípios são as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das Assembleias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo governador do Estado. Já na definição do Estatuto das Cidades, o município, com base no artigo 182 da Constituição e no princípio da preponderância do interesse, é o principal ente federativo responsável por promover a política urbana de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, de garantir o bem-estar de seus habitantes e de garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social, de acordo com os princípios e instrumentos regulamentados no mesmo.

Segundo Nakano (2011), os tipos de cidades brasileiras foram definidos a partir de diversos dados, agregados em nível municipal, agrupados e analisados em torno de quatro dimensões que permitem qualificar a heterogeneidade do quadro urbano do país: tamanho populacional; tamanho funcional - posição hierárquica na rede urbana do país; características inerentes à posição geográfica da cidade, além de características internas à socioeconomia da cidade. Numa outra perspectiva, os tipos de cidades são definidos a partir de sua inserção nas sub-regiões definidas na proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional, as quais foram definidas a partir do cruzamento entre: as altas, médias e baixas variações do PIB sub-regional; as condições de estagnação e dinamismo econômico e os níveis de alta e baixa renda. Esse estudo resultou em 19 tipos diferentes de cidades estratificados segundo faixas populacionais de até 20 mil habitantes, entre 20 e 100 mil habitantes e mais de 100 mil habitantes.

A atual definição do que seja uma cidade ou do que sejam espaços urbanos se baseia numa diferenciação por faixas populacionais, tornando pouco relevante as experiências vividas pelos habitantes. A fim de facilitar o enorme trabalho que seria avaliar cada caso e o processamento de dados para o governo traçar estratégias e planos de ação, Nakano (2011) propõe uma classificação que define os 19 tipos de cidades.

O poder público sempre se apresentou favorável a ideia de progresso e, durante um longo tempo, tornar as cidades brasileira urbanizadas era elemento indispensável para atrair investimentos empresariais e públicos, atração populacional e de mercados, expansão das fronteiras, e a visibilidade promovida pelo *city marketing*, referente a propaganda de imagens positivas da cidade para o restante do país.

No Brasil existem 5.565 municípios, considerando apenas o número de municípios, a nosso ver, o IBGE encontraria grandes dificuldades para aplicar corretamente as 19 tipologias de cidades. Além das diversidades encontradas e das particularidades de cada município, existem ainda os interesses políticos em “modernizar” as cidades.

Como vimos, a definição de município está diretamente relacionada ao processo de urbanização. Na pesquisa de Migione e Pugliese (1987) será feita uma discussão crítica sobre a dicotomia urbano/rural e para isso os autores utilizam como

embasamento teórico diversas correntes sociológicas sobre o urbano e rural. Destacam as obras de Marx e Weber que, embora apresentem perspectivas diferentes, consideram a dicotomia entre o urbano e o rural como a representação das classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo.

Marx fundamenta sua análise na acumulação primitiva do capital e explica o desenvolvimento da agricultura capitalista e da industrialização rural. Segundo Migione e Pugliese (1987):

A utilização clássica correta do par dicotômico urbano/rural pretende representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. [...] A constante simplificação e falta de precaução condicionadas por essas complexas realidades, para não falar nos limites imprecisos entre ambos, redundaram na criação de preconceitos e de distorções cada vez maiores dos paradigmas de interpretação. (MIGIONE; PUGLIESE, 1987, p.6)

Os problemas para aplicar as definições nos territórios são complexos, num país como o Brasil, onde coexistem diferentes formas de aproveitamento do território e as interações entre o espaço urbano e o rural são diversificadas. O IBGE tende a encontrar grandes dificuldades no que se refere à classificação e, como vimos, os soluciona classificando por métodos aplicados à distância. Ao mesmo tempo, observamos que não podemos definir as características de qualquer espaço por elementos superficiais, pois o significado e o valor referente ao espaço são diferentes para aqueles que o vivenciam.

Historicamente, sabemos que o país sempre teve em sua pauta de exportação os produtos agrícolas, responsáveis pela manutenção do sistema econômico brasileiro. E, com o crescimento desordenado do espaço urbano, a demanda por espaços aumenta e resulta em intensos fluxos migratórios da população da zona rural para a zona urbana. Segundo dados do IBGE, no Brasil mais de 80% da população está ocupando as áreas urbanas.

Sendo assim, o desenvolvimento mundial e a urbanização crescente das populações resultam nessa complexidade presente para a identificação do rural e do urbano. No Brasil, cabe ao município definir o limite oficial entre as zonas urbanas e zonas rurais de seu território através da Lei de Perímetro Urbano. Nesse sentido é

urgente discutir os conceitos de espaço urbano e rural a fim de que as especificidades de cada espaço se mantenham preservadas.

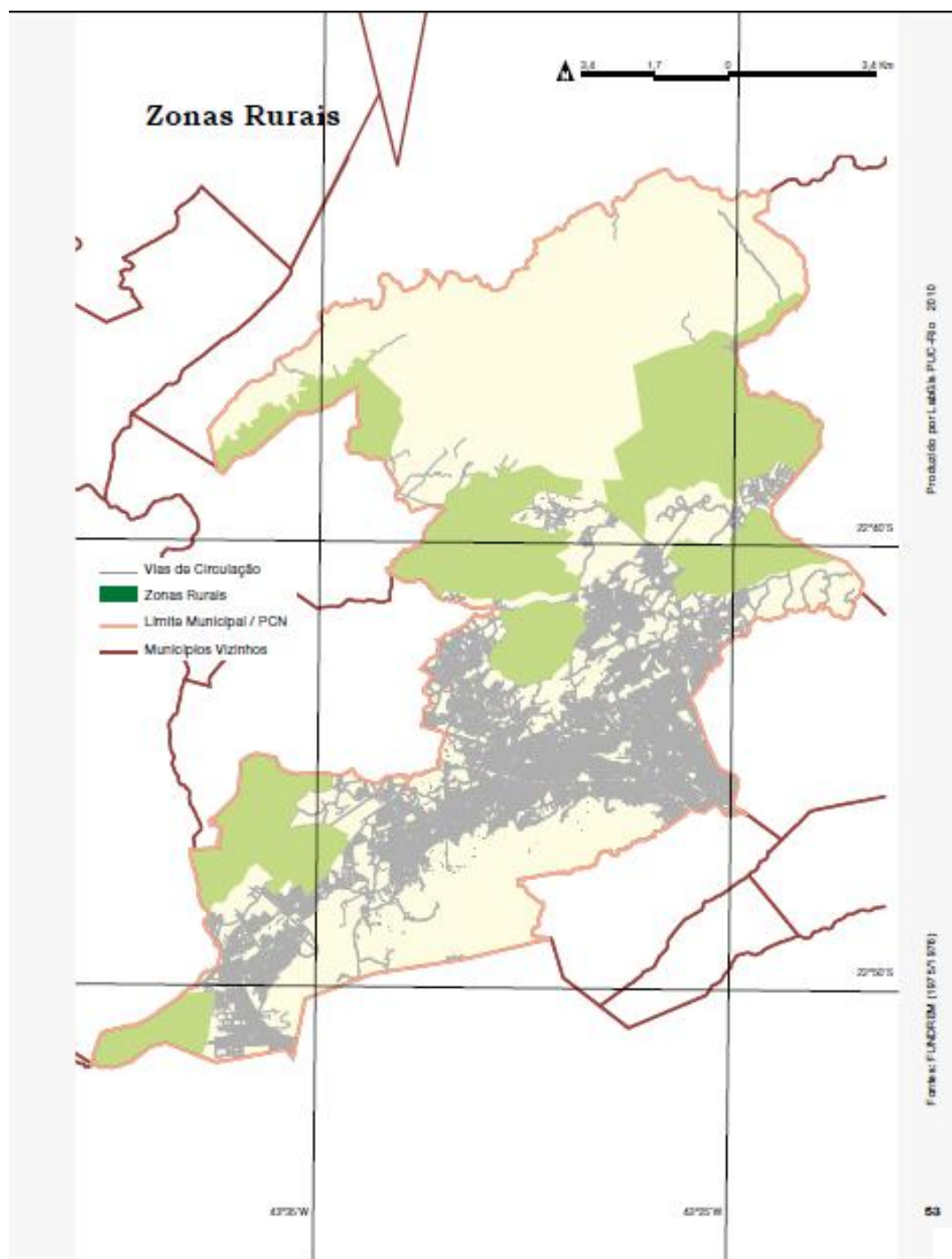
#### **2.4 Os espaços rurais em Nova Iguaçu**

Os espaços rurais nas últimas décadas têm passado por profundas transformações em suas bases estruturais, impulsionadas pela modernização das técnicas, introdução de tecnologias e novas formas de produção. Todos esses fatores aliados à ampliação do acesso às informações e indicadores sociais estatísticos têm gerado, para o senso comum a ideia de país urbanizado. Esta ideia, porém, não atenta para o fato de que o perfil da exportação brasileira, da base para manutenção do PIB e da balança comercial do Brasil, são os produtos de origem agrícola. Quando os governos municipais começam a desconsiderar seus espaços rurais da legislação, quando o urbano se sobrepõe ao rural, num país com estas características, deve ter início os debates e questionamentos sobre o sentido político dos dados estatísticos e de como a representação “estatística” da realidade pode ocultar importantes dimensões da vida social.

No caso de Nova Iguaçu, um município em plena expansão e crescimento, os espaços rurais não se configuram como refúgio ou fuga da violência, do desemprego, moradia, saúde, educação da cidade mas sim, como uma opção pela vida no campo. Os espaços rurais sempre estiveram presentes ativamente na história do município e desempenham importante função econômica desde séculos passados.

A atividade agrícola que vem se desenvolvendo desde o ciclo da laranja, ganha atualmente uma apresentação mais diversificada, que inclui o cultivo de peixes de água doce, frutas, verduras e legumes - com destaque para a produção de aipim. Este se destacou com os inventivos do governo municipal garantidos pelo Plano Diretor de 2008, que incentivou a produção de um gênero agrícola em especial e, em parceria com os agricultores, criaram uma festa e incentivaram as técnicas de conservação, plantio e derivação do aipim. Na Figura 1 veremos as principais zonas rurais de Nova Iguaçu e suas respectivas localizações:

Figura 1: Mapa das Zonas Rurais do Município de Nova Iguaçu



Fonte: NIMA – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, PETROBRÁS, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

Estas zonas rurais se caracterizam por apresentarem um significativo número de sítios e chácaras que se destinam a múltiplas atividades produtivas. Segundo Graziano da Silva (1982):

[...] combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.4)

Nos espaços rurais hoje identificamos a presença do chamado “*part-time farmer*” ou agricultor em tempo parcial - conceito que abrange diferentes formas de atividade. Segundo os agricultores pesquisados, constatamos que a diversificação da renda sempre existiu e pode ser oriunda de vários segmentos, por exemplo, lazer, serviços gerais, aluguéis, entre outros - combinando atividades agrícolas e não-agrícolas. Contraditoriamente à classificação feita pelo Censo 2010 que sinalizou ser o espaço rural do município equivalente a apenas 1,09% da área total, os espaços rurais são extensos e importantes economicamente. Segundo o IBGE a população rural estaria representada por apenas 8.694 habitantes, mas, do nosso ponto de vista, este número circunscreve apenas aqueles indivíduos que se dedicam exclusivamente à agricultura ou à pecuária, excluindo o contingente a nosso ver expressivo de pessoas que poderiam ser classificadas como “agricultor em tempo parcial” (GRAZIANO DA SILVA, 1982).



### **3 METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica em livros e artigos científicos, consultas a periódicos e sítios da internet, todos utilizados como base para a construção e fundamentação teórica deste trabalho que objetiva analisar as disputas em torno da delimitação entre espaço rural e espaço urbano e os conflitos daí advindos. O método dialético - posto em prática a partir de perguntas e respostas, diálogos, reflexões, debates, e questionamentos fundamentados na relação indissociável entre objeto, teoria e realidade - foi utilizado para entender a dinâmica local.

A pesquisa documental incluiu a análise de leis, dos Planos Diretores, de portarias e decretos governamentais, do Censo/IBGE – 2010, pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e no Arquivo Nacional, referentes ao espaço rural do município de Nova Iguaçu. Pesquisa de campo foi realizada para obtenção de informações mais completas, incluindo entrevistas formais e informais com moradores de determinadas localidades município.

#### **3.1 Levantamento bibliográfico**

Como base teórico-metodológica, utilizamos Graziano da Silva (1982, 1990 e 1999) referentes às questões agrárias, a modernização dos espaços, fronteiras e a história dos movimentos de trabalhadores rurais, com destaque peculiar para a contribuição deste autor sobre a nova configuração do Rural Brasileiro. Em Milton Santos (1984 e 2005) buscamos as análises das interações entre urbano e rural e a configuração e transformações do processo de urbanização do Brasil. Rodrigues (2006) nos traz aspectos econômicos e territoriais ocorridos historicamente em Nova Iguaçu; Simões (2007) trata dos processos atuais que contribuem para a configuração do território do município e da Baixada Fluminense. Para abordar a questão da importância da cidade nas definições sobre a questão rural recorreremos a pesquisa de Moreira

(1995) que ainda trata das configurações políticas entre os espaços urbano e rural nos Planos Diretores.

Nosso objetivo foi buscar o diálogo entre teoria e empiria de forma a abranger os espaços urbanos e rurais, assim como a perspectiva da população iguaçuana, respeitando as diversidades políticas, econômicas e sociais do município.

### **3.2 Pesquisa de campo**

Para melhor compreensão e caracterização da agricultura e seus processos no município de Nova Iguaçu, procuramos informações na Prefeitura, na Secretaria de Agricultura e na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO). Com conhecimento prévio de tais áreas fomos a campo para um contato inicial, com o objetivo de observação do espaço e da população residente.

O procedimento metodológico utilizado para o entendimento da região foi o de entrevistas semi-estruturadas. A primeira fase foi o reconhecimento do local e a interação livre com a população. Na etapa seguinte foram feitas as entrevistas informais na forma de conversas abertas. No entanto, ao final das conversas eram registradas algumas impressões gerais e as respostas para as perguntas do questionário (vide Anexo 1) elaborado para orientação das conversas e conhecimento de campo.

A área de abrangência das entrevistas foi constituída nos bairros de Tinguá, Montevideu, Adrianópolis, Rio D'Ouro, Jaceruba, todos estão localizados na periferia do município. O período de realização das entrevistas e pesquisas de campo teve início em 10/01/2013 e a última ida à campo foi realizada no dia 26/04/2013.

Sobre o questionário, desenvolvemos 14 questões com perguntas abertas e fechadas que foram feitas de maneira informal, sendo a ordem das mesmas variadas. As questões foram feitas ao longo da conversa de maneira livre, uma vez que não solicitei aos entrevistados que respondessem formalmente ao questionário. Devido às instabilidades e tensões políticas nessas localidades, justamente devido ao tratamento

diferenciado por parte das gestões municipais à questão da produção agrícola, os objetivos da pesquisa acadêmica eram sempre esclarecidos aos meus interlocutores, assim como era clarificado que a finalidade deste trabalho é acadêmica. Foi importante enfatizar que este estudo não tem finalidade política, no sentido de pesquisa encomendada por governos ou partidos.

## 4 ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 Localização do município

O município de Nova Iguaçu faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e compõe a conhecida Baixada Fluminense. Geograficamente, limita-se com os municípios do Rio de Janeiro, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Japeri, Queimados e Seropédica. Como consequência do posicionamento geográfico, localizado à 35km da cidade do Rio de Janeiro, o município possui um relevante conexão econômica.

Possui expressivo contingente populacional composta por 796.257 habitantes, segundo o Censo – 2010, IBGE. O município exerce considerável influência política e econômica sobre os municípios vizinhos – que tiveram suas origens relacionadas aos sucessivos processos de emancipações<sup>7</sup> a partir de Nova Iguaçu - concentra a maior parte dos comércios e serviços disponíveis na Baixada Fluminense. A Figura 2 nos mostra a exata da localização do município.

---

<sup>7</sup> O longo processo de emancipação que passou o município de Iguaçu está descrito no livro A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense, de Manoel Ricardo Simões. Do mesmo livro citaremos um trecho que traduz bem como se dão os processos e acontecimentos políticos no município. “(...) a análise do jogo do poder local em cada momento e contexto histórico é de fundamental importância para se entender os processos emancipatórios ocorridos na Baixada Fluminense. (p.37)”

# Mapa de localização do município de Nova Iguaçu



Legenda:  
Município de Nova Iguaçu  
Escala: 1: 700 000  
Fonte: IBGE – Censo 2010  
Egle Guinancio



## 4.2 Histórico de ocupação e povoamento de Nova Iguaçu pela agricultura

O processo histórico de formação do município de Nova Iguaçu, antes das emancipações, teve início como a sua fundação que ocorreu no ano de 1833. (SIMÕES, 2007, p. 78). O nome faz referência ao rio<sup>8</sup> Iguassú usado como rota de escoamento da produção, que contribuiu para o desenvolvimento de várias atividades econômicas na região.

Atualmente, integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O trabalho de Rodrigues (2006) mostra que assim como ocorreu em diversos municípios no Brasil, Nova Iguaçu teve seu processo de formação econômica alicerçado no sistema agrícola destinados à exportação e foi beneficiada por sua localização geográfica, que é relativamente próximo à cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal.

Loureiro (2009) analisa a condição histórica de destaque da cidade do Rio de Janeiro que, além de ser o centro político, econômico e cultural, estava dotada dos melhores serviços e infraestruturas, além de ser o principal entreposto de escoamento da produção de mercadorias durante o ciclo do café do Vale do Paraíba, o que trouxe significativos benefícios para as cidades localizadas em seu em torno. O conceito de centralidade na perspectiva de Santos (2005) contribui para o entendimento do significativo desenvolvimento econômico e social das localidades próximas, como aconteceu no caso dos municípios que compõem a Baixada Fluminense em relação à cidade do Rio de Janeiro. Possuindo intensa relação econômica com a capital, a Baixada Fluminense foi acometida pelas consequências tanto positivas quanto negativas, dos fenômenos sociais que ocorriam na antiga capital federal.

Há registros<sup>9</sup> que comprovam que a região da atual Baixada Fluminense era ocupada por índios antes da chegada dos portugueses e do consequente processo de colonização. Contudo, o processo de ocupação mais direta e intensa, teve início no ano de 1565, com a doação da sesmaria feita por Estácio de Sá, localizada às margens do

---

<sup>8</sup> Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro, 6 de julho de 1821. Relata a importância dos rios na Guanabara.

<sup>9</sup> Registros disponíveis nos: 1- Relatório da FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) de 1977, e nas 2- Correspondências e anotações – cópias nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – IHGNI.

rio Iguassú, ao primeiro ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro, pelo mesmo ter se destacado durante a luta de expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. (LAZARONI, 2001).

Passado alguns anos, o ouvidor-geral veio a falecer e sua viúva, sem saber como administrar as terras e encontrando dificuldades em mantê-las, doou ao Mosteiro de São Bento, passando as terras para administração dos monges beneditinos (LAZARONI, 2001). A partir deste fato, os beneditinos foram gradativamente adquirindo outras propriedades no entorno da região, aumentando suas terras. Dessa forma os beneditinos constituíram uma das maiores e mais antigas fazendas no Brasil, que estava sob domínio da Igreja Católica.

A Fazenda Iguassú, assim denominada, passou em 1719, a categoria de freguesia (distrito) curada (referente à Igreja Católica, sob os cuidados de um Cura, ou padre), passando a ser chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú<sup>10</sup>, denominação conferida pela Igreja. Os melhoramentos introduzidos pela mesma foram reconhecidos pelas autoridades coloniais, que iniciaram a ampliação dos recursos investidos na área ocupada, que possuía um grande potencial econômico. (LAZARONI, 2001)

Segundo Rodrigues (2006), as vias de circulação foram a base para a consolidação da ocupação e também do posterior processo de urbanização da Vila de Iguassú. A denominação de vila foi conferida a partir da junção das freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Iguacu, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora do Pilar, São João de Meriti e Nossa Senhora da Conceição do Marapicu, que, consolidou o processo de formação da Baixada da Guanabara.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Arquivo Nacional. Inventário de Maria Vitória da Conceição. Caixa 1117. Processo 8254. Juízo de órfãos. Pilar, 1816.

<sup>11</sup> De acordo com Souza Alves (2003), geograficamente a Baixada Fluminense corresponderia à região e planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro. Outro conceito geográfico também recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restrito à região do entorno da Baía da Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu a Itaguaí.

Rodrigues (2006) faz uma análise sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro em direção à Baixada Guanabarina, geograficamente facilitada pela ocorrência de diversos elementos e fatores como:

A presença de extensas áreas de topografia plana ou suave, propícia à atividade e à instalação humana, a inexistência de relevos impedindo as comunicações terrestres entre o núcleo inicial e principal da metrópole e seu recôncavo são alguns dos elementos que possibilitam a expansão da cidade em direção à Baixada da Guanabara (SOARES, 1960, p.2).

Mediante a proximidade com a área central e a facilidade para o estabelecimento de relações de trocas comerciais favorecidas pelos elementos geográficos, a Vila de Iguassú contribuiu historicamente com a produção dos cultivos de cana-de-açúcar, o café e a laranja, sendo este último produzido em grande escala. (PEREIRA, 1977, p. 80). Estes foram responsáveis pela manutenção do sistema econômico predominante à época que era fundamentado na produção de gêneros agrícolas para exportação. Com destaque para a produção de gêneros agrícolas destinados ao abastecimento do mercado interno, ou seja, os produtos destinados à subsistência, como: o aipim, o milho, o feijão, entre outros.

O processo de decadência da cana-de-açúcar foi intensificado pelo rompimento do monopólio obtido por Portugal para a produção açucareira nas Antilhas que contribuiu para que esta cultura não conseguisse a produtividade suficiente para enfrentar a crescente concorrência internacional, situação agravada pelo pouco desenvolvimento tecnológico aplicado à produção dos engenhos, além da frágil estrutura colonial que vigorava a época. (PEREIRA, 1977)

Com a decadência da cana-de-açúcar era importante que o governo incentivasse a substituição deste gênero agrícola por outro que estivesse ganhando visibilidade no mercado internacional e possuísse condições ótimas de cultivo. A plantação de café necessitava de terras conservadas e foi realizada em áreas onde não havia ocorrido plantação de cana-de-açúcar, pois o objetivo era aproveitar as plenas condições das terras que estivessem em repouso ou não tivessem sido usadas por uma monocultura anterior. (PEREIRA, 1977). Pereira (1970), em seus estudos confirma a ocorrência de



cultivo do café nas vilas de Tinguá e Estrela, todavia, este não obteve relevante projeção econômica na região da Baixada Fluminense.

Depois de um longo período o ciclo do café entrava em declínio e, mais uma vez coube ao governo incentivar a implantação de culturas alternativas que substituíssem a anterior e continuassem mantendo os padrões de exportação e, conseqüentemente, a balança comercial favorável. Tem início o incentivo a produção em larga escala da citricultura, especificamente, da laranja.

A citricultura encontrou na Baixada Fluminense relevo plano e fácil ligação por meios de transporte com outras áreas, adequados para a produção e circulação dos gêneros agrícolas pelas vias terrestres, além da região oferecer clima e solo favoráveis ao cultivo da laranja. As infraestruturas não eram suficientes, todavia, investimentos modestos aliados à terras de boa qualidade, estradas, rios, mão de obra, além de provável lucratividade, o resultado seria atração de investimentos. (PEREIRA, 1977)

As infraestruturas eram pouco desenvolvidas e pouco expandidas, porém possuíam grande importância no contexto da promoção do crescimento desse território. A rentabilidade proveniente da citricultura impulsionou o poder público a ampliar os investimentos em infraestruturas como, por exemplo, construção de novas estradas e melhorias para as já existentes, com a finalidade de beneficiar o escoamento da produção, facilitando a circulação e atraindo a população. (RODRIGUES, 2006)

Durante o período de destaque na produção de laranja, a população do município de Nova Iguaçu teve um crescimento de 423% entre as décadas de 1920 e 1940. Segundo Pereira (1977), em 1920 o município contabilizava aproximadamente 33.396 habitantes, em duas décadas a população aumentou para 140.606 habitantes. O final da década de 1940 também foi marcado pelo início da decadência do ciclo da laranja. O principal fator que desencadeou no declínio desta cultura foi a situação de crise econômica consequência da Segunda Guerra Mundial, na qual se encontravam os principais países consumidores. (PEREIRA, 1977)

Simões (2007) destaca que no início do cultivo da laranja as áreas ocupadas foram aquelas mais próximas do centro de Nova Iguaçu, antes das emancipações<sup>12</sup>, a área plantada ocupava as encostas da Serra de Madureira e as proximidades da estação de trem. A figura 3 mostra a fragmentação territorial correspondente às primeiras emancipações sofridas pelo município. Nova Iguaçu possuía grande dimensão espacial abrangendo até 1943 o município de Duque de Caxias, entre outros. Esses desdobramentos municipais, como denominam Menezes, Dias & Costa (2003), foram extremamente complexos e os registros oficiais não revelam com clareza todo esse processo.

Figura 3 - Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 1833 e 1947



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

Segundo Pereira (1977):

A laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais. O fenômeno social nascido dos laranjais conservou, por muito tempo, sua autonomia, sua independência política marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café. (PEREIRA, 1977, p. 118).

Nesse sentido, o ciclo da laranja foi importante responsável pela dinamização e modificação das estruturas econômicas, políticas e sociais do município, que permaneceria rural e conservaria durante longo tempo as características, políticas e sociais predominantes no ciclo do café. Sendo assim, a estratificação social e a

<sup>12</sup> Sobre as emancipações municipais na Baixada Fluminense, encontraremos um maior detalhamento no livro *A Cidade Estilhada*, de Manoel Ricardo Simões. Ed. Entorno, 2007.

ocupação espacial oriundas do ciclo do café, além de atrair investimentos, reforçou o poder público, gestão, planejamento e organização da cidade.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Espaços agrícolas na cidade de Nova Iguaçu

Em Nova Iguaçu as áreas agrícolas estão concentradas nas periferias da cidade (como vimos na Figura 1), localizadas nas proximidades da Reserva Biológica Federal do Tinguá. A fim de entendermos como está organizado o espaço no município, veremos a respectiva divisão administrativa. O município está dividido em cinco Setores de Planejamento Integrado (SPIs), sendo cada um dos setores divididos em Unidades Regionais de Governo (URGs). Estas são subdivididas em bairros, regulamentados pela Lei nº 006 de 12/12/1996, o Plano Diretor Urbano Sustentável da cidade de Nova Iguaçu.

Os espaços rurais, apesar de existirem no município desde o século XVI estão submetidos às instabilidades políticas. Ao analisarmos os dois últimos Planos Diretores do Município, veremos que a definição dos limites entre rural e urbano é uma disputa que vai além das características “físicas” ou “geográficas” dessas áreas, mas possui uma dimensão política. Ao compararmos os Planos Diretores de 1997, criado e implantado no governo do Prefeito Nelson Bornier, e o Plano Diretor de 2008 refeito com a colaboração e participação popular, e posto em prática durante governo do Prefeito Lindbergh Farias, percebemos claras modificações na forma como são feitas as referências aos espaços rurais. No primeiro Plano Diretor (1997), o governo determinou que todo o município estava totalmente urbanizado, desconsiderando, dessa maneira, todo e qualquer espaço rural. Embasado pelas classificações estatísticas foi utilizada uma denominação para a população que desempenhava pequena agricultura que passou a ser chamada de “agricultores urbanos”, justificando assim a presença agrícola num território definido como plenamente urbano. De acordo com o Plano Diretor de 1997:

Art. 8º : O perímetro urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

O Plano Diretor de 2008 foi elaborado numa perspectiva de reconhecimento das áreas rurais, contando com a colaboração dos mais diversos grupos sociais, num movimento contrário ao anterior, isto é, privilegiando não só os investimentos nas áreas rurais, como também, a inclusão e o atendimento das necessidades deste setor da população. Este representa para o município um marco nas políticas públicas voltadas para as questões sociais, para os movimentos sociais rurais e, principalmente, para os agricultores que então ganharam maior representatividade política.

No município de Nova Iguaçu a questão rural se apresenta como uma complexa questão política, que agrega as problemáticas agrárias, agrícolas e ambientais, tentativas de reforma agrária além de estar vinculada às lógicas de planejamento e gestão territorial<sup>13</sup>.

Os Planos Diretores tem como objetivo nortear as políticas públicas destinadas ao município. No Plano Diretor do município de Nova Iguaçu de 2008 foram institucionalizadas as zonas rurais, que representando uma tentativa de (re)ordenamento do território, pois abrangeu os assentamentos da reforma agrária, pequenos produtores, sítios e chácaras.

Art. 54. Constitui a Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como às atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal do meio ambiente.

Percebemos que a definição das zonas rurais esta diretamente relacionada ao setor agrícola, já que no Plano Diretor de 1997 essas localidades faziam parte das áreas que incluíam a Frente de Expansão Urbana e Transição “cinturão verde” definida como:

---

<sup>13</sup> A população rural de Nova Iguaçu viveu momentos de turbulência política em função das disputas, justamente, das disputas em torno da definição do que seja rural e do que seja urbano, em que estão, de um lado, o governo responsável pelo Plano Diretor de 1997 (Prefeito Nelson Bornier - PMDB) e, do outro, o governo que se seguiu e realizou a reformulação do Plano Diretor que deu origem ao de 2008 (Prefeito Lindbergh Farias - PT). Não temos a pretensão de analisar os aspectos positivos e negativos de cada governo, cabe-nos aqui destacar apenas o lugar que foi dado ao espaço rural, as práticas agrícolas e aos agricultores. Entendo que o rural não está dado, ele precisa ser objeto de construções políticas que visibilizem enquanto tal. Para que haja políticas públicas coerentes, planejamento territorial e incentivos governamentais, o rural precisa estar posto e presente nas legislações que regem o município.

Art. 10. As Zonas de Transição (Cinturão Verde) compreendem as áreas do território onde encontram-se presentes atividades agrícolas e pecuárias de pequena escala, formada basicamente por sítios e chácaras de lazer, sendo caracterizada por uma ocupação de baixa densidade e de edificações dispersas.

Segundo Simões (2007) a especulação imobiliária de grande parte das terras estariam destinadas a função de reserva de valor, aguardando as futuras transformações do uso do solo ou a passagem de rodovias que valorizassem a área e fizessem com que a venda fosse lucrativa, além disso, a legislação rigorosa tem reduzido drasticamente a construção de loteamentos populares. Com tais medidas, a população rural local foi praticamente expulsa das zonas rurais e os agricultores foram transformados em agricultores urbanos, sendo poucos aqueles que resistiram e manifestaram resistência.

Simões (2007) nos traz um novo olhar sobre a incisiva atuação e participação do capital especulativo no município, porque as áreas que são classificadas como zonas rurais, permanecem como áreas estratégicas para o governo municipal, uma vez que estão inseridas numa zona de expansão urbana e ainda, nas proximidades de áreas de preservação ambiental, como as Reserva do Tinguá e do Gericinó-Mendanha nas vertentes norte e sul de Nova Iguaçu. (SIMÕES, 2007, p. 70).

Diversos atores sociais contribuíram para a implementação de melhorias, muitas vezes desarticuladas, consequência da diferença de interesses e articulações políticas. Paralelamente, o Plano Diretor de 2008 incentiva a minimização do fenômeno da especulação imobiliária e da expansão urbana em direção as áreas destinadas ao desenvolvimento de práticas agrícolas.

Cabe ao governo municipal introduzir medidas de ordenamento do espaço, podendo ser feitas a partir das regularizações fundiárias, pois espacialmente, a proximidade entre os espaços urbano e rurais se apresentam como um fator que mantém estreita relação com os processos de urbanização e metropolização que emerge em toda Baixada Fluminense.

## 5.2 Políticas públicas para a agricultura em Nova Iguaçu

Segundo Simões (2007) o processo de constituição do que hoje denomina-se “a Baixada Fluminense” ocorreu de forma coetânea ao processo de formação territorial do município de Nova Iguaçu. Durante o ciclo do açúcar surgiram na região os primeiros vilarejos; mais tarde com o declínio do ciclo do café, teve início a ascensão da citricultura na Baixada Fluminense. Nesse período, diversos agricultores migraram para a região para cultivar laranja, que ganhava destaque no cenário mundial. Com a Segunda Guerra Mundial, como vimos, veio a crise econômica, marco do declínio do ciclo da laranja e com isso o preço das terras foram desvalorizados. Tempos depois, com as terras ainda desvalorizadas, ocorriam no antigo Estado da Guanabara as primeiras remoções de cortiços e favelas, que, aliados ao baixo valor agregado às terras na Baixada Fluminense, impulsionaram expressivos fluxos migratórios, que buscavam terrenos acessíveis para a compra e proximidade com a capital. No entanto, Nova Iguaçu possuía precária infraestrutura e condições mínimas de moradia.

Durante a década de 1940 foi proposto um programa de drenagem que tinha como principal objetivo a criação de um “cinturão verde” que abasteceria toda a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Alentejano (2002):

A maioria dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optaram pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos ou nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana. (ALENTEJANO, 2002, p.110)

Nas décadas seguintes 1950 e 1960, Rodrigues (2006), mostra que o Estado começou a investir na atração de indústrias para a região, contribuindo para a modificação do perfil da ocupação inicial. Incentivando o setor industrial de forma ampla, o governo começou a abandonar do setor agrícola, sinalizando o início dos conflitos entre rural e urbano e da precarização dos espaços rurais da região.

Apesar de toda uma história relacionada à agricultura, a região tornou-se predominantemente urbana. Mas preserva até os dias de hoje uma forte expressão rural que está consolidada, mesmo com todos os problemas de ordem política. Sendo

assim, cabe destacar que no final do século XX a Baixada Fluminense foi palco da atuação marcante de diversos movimentos sociais rurais, num processo que resultou em conquistas de assentamentos da reforma agrária, principalmente no município de Nova Iguaçu. (RODRIGUES, 2006)

O grande adensamento urbano e a sub-urbanização marcam também os espaços rurais na Baixada Fluminense; em muitos casos, as atividades agrícolas se desenvolvem dentro do perímetro urbano. O município de Nova Iguaçu representa uma das mais fortes expressões desse processo. (PEREIRA, 1977). Santos (1984) mostra que o processo de ocupação do espaço, em escala metropolitana, contribuiu para a formação de uma cidade com padrões desiguais de ocupação, de distribuição de terras, de gestão e planejamento, de consumo e infraestruturas.

Destaca-se no município um importante centro comercial e a concentração de serviços dotados de diversos equipamentos, capazes de atender vários municípios do em torno. Possui significativos níveis de urbanização e verticalização crescente, resultante da expansão do mercado imobiliário. Todos estes aspectos coexistem simultaneamente com uma grande região periférica, carente dos mínimos equipamentos e infraestruturas, formados por loteamentos e moradias precárias. A ausência de investimentos em infraestruturas não está restrita aos espaços rurais, mas também aos espaços urbanos.

Com a recente inclusão das zonas rurais no Plano Diretor e o olhar mais atento do governo municipal a estas regiões, as zonas rurais ainda não recebem ampla e democraticamente os benefícios das políticas públicas para o pleno desenvolvimento do setor agrícola local.

Uma ação significativa implementada na gestão de Lindbergh Farias foi a chamada “Feira da Roça”, destinada à comercialização dos gêneros agrícolas produzidos pelos agricultores do município. A Feira da Roça obteve grande receptividade e apoio popular; lá encontramos a venda dos gêneros agrícolas que são produzidos no município em maior quantidade e qualidade, tais como: banana, quiabo, berinjela, mel e aipim. A feira é composta por aproximadamente 20 barracas, que



vendem basicamente os mesmos produtos definidos como “orgânicos”, isto é, livre de agrotóxicos. Estes possuem diferencial pela qualidade e pelo atendimento de consumidores específicos.

Na recente mudança de governo municipal, o atual prefeito – Nelson Bornier, o mesmo responsável pela criação e implementação do Plano Diretor de 1997 que estabelecia a inexistência de áreas rurais no município - cancelou a feira assim que assumiu o novo mandato. No entanto, com o apoio da população e dos consumidores a feira está gradualmente retomando suas atividades e conquistando visibilidade, representatividade e, principalmente o apoio popular. Na Figura 4 podemos ver como está organizada e a configuração da feira.

Figura 4: Fotos da Feira da Roça, Praça Rui Barbosa – Centro, Nova Iguaçu



Fonte: <http://participacaocidade.blogspot.com.br/2013/02/nova-iguacu-quer-acabar-com-tradicional.html> - Acesso em 02/02/2013.

A feira ocorre semanalmente, todas as quartas-feiras na Praça Rui Barbosa, Centro de Nova Iguaçu, um lugar de centralidade e visibilidade. Como foi dito, nesta feira é possível encontrar variados produtos cultivados nas zonas rurais do município tais como: verduras, mel, aipim e produtos derivados, berinjela, quiabo, goiaba, além de artesanato, queijos e doces caseiros.

### 5.3 Aspectos da produção, sócio econômicos e associativos

A produção dos principais gêneros agrícolas se dá de forma mista, sendo utilizadas técnicas modernas como a correção de solos, adubos químicos e também

técnicas tradicionais, usando para isso, por exemplo, palha para cobrir o solo e esterco de gado para deixar o solo mais fértil. Práticas como as queimadas não são aplicadas, pois como relatam os agricultores, o terreno já é bastante fértil e existe a preocupação com as áreas protegidas do entorno.

As culturas predominantes como quiabo, aipim, berinjela e goiaba foram as mais encontradas e são as mais mencionadas pelos produtores, que enfatizam a importância da produção das mesmas pela resistência e/ou durabilidade, contribuindo para melhor manutenção da renda familiar. Há algumas propriedades que desenvolvem a piscicultura em açudes, além da criação de animais de pequeno porte para consumo, como porcos e galinha e também, animais de maior porte como cavalos, usados como transporte e o gado. Veremos na Figura 5, um espaço destinado à produção de aipim; na Figura 6, uma pequena propriedade produtora de milho e, na Figura 7 dois gêneros agrícolas produzidos no município.

Figura 5: Plantação de aipim no município de Nova Iguaçu



Fonte: Egle Guinancio

Figura 6: Plantação de milho numa pequena propriedade



Fonte: Egle Guinancio

Figura 7: Jiló e aipim gêneros agrícolas produzidos em Nova Iguaçu



Fonte: Egle Guinancio

Nas tabelas 1 e 2 a seguir veremos quais são os principais gêneros agrícolas produzidos, o espaço que estes ocupam, a quantidade da produção e o valor que geram. Estarão divididos em dois grupos: das olericulturas e das fruticulturas.

Tabela 1: Produção de Olericultura no município de Nova Iguaçu

Atividades	Número de produtores	Área (Ha/Unid.)	Produção (Ton.)	Valor da produção (R\$)
Quiabo	171	127	1100	659.820,00
Pimentão	9	9	150	67.500,00
Jiló	25	19	364	163.800,00
Berinjela	6	2	32	11.200,00
Milho Verde	66	41	247	246.600,00
Aipim	271	285	3310	2.979.000,00
Cana de açúcar (Caldo)	135	158	278	83.400,00
Pepino	6	6	109	70.850,00
Total - Olericultura				4.282.170,00

Fonte: EMATER-RIO/2010

Tabela 2: Produção de Fruticultura no município de Nova Iguaçu

Atividades	Número de produtores	Área (Ha/Unid.)	Produção (Ton.)	Valor da produção (R\$)
Coco verde	68	11	1145	45.800,00
Acerola	200	15	240	240.000,00
Goiaba	8	16	217	173.600,00
Banana	241	518	2940	882.000,00
Total - Fruticultura				1.341.400,00

Fonte: EMATER-RIO/2012

A s zonas rurais do município de Nova Iguaçu funcionam como “faixa de amortecimento” para a manutenção da biodiversidade da Reserva Biológica Federal do Tinguá. A população local afirma ter plena consciência da importância do uso de práticas seguras para a manutenção da Unidade de Conservação do município.

A organização associativa dos agricultores ainda é frágil, devido a sua sujeição variações dos investimentos e incentivos políticos para as zonas rurais e pelo fato das relações entre governo municipal e agricultores ser bastante instável. O Plano Diretor

de 2008 deu início à inclusão dos agricultores, assim como das zonas rurais. É recente a implantação dessas medidas, logo, os associativismos públicos e os movimentos sociais rurais ainda são frágeis e encontram-se em processo de consolidação.

De modo geral, há carência de tecnologias para que os produtores possam ampliar práticas que visem à sustentabilidade para as propriedades, para a produção agrícola, assim como as melhorias na qualidade de vida dos agricultores. Por estarem relativamente distante do centro da cidade demandam uma série de serviços nas proximidades como: unidades básicas de saúde, escolas, transporte, comércio e serviços.

O conceito de *part-time farm* de Graziano da Silva (1997) pode ser entendido como uma medida encontrada e praticada por muito agricultores com a finalidade de gerar renda durante todo o ano, tendo em vista que os gêneros agrícolas demandam um tempo natural e lento para os padrões econômicos atuais. Uma solução implantada por alguns agricultores foi dividir os espaços nos sítios e chácaras de forma que uma parte possa ser usada para lazer, agregando, assim, outras atividades e aumentando os rendimentos das propriedades e auxiliando na manutenção da família e das práticas agrícolas. Buscando informações com agricultores locais e outros em geral percebemos que, apesar do conceito de “part time farmer” ser relativamente recente, as práticas de alternar e diversificar atividades sempre fez parte da lógica de organização da produção nos espaços rurais.

#### **5.4 As narrativas dos agricultores**

A pesquisa de campo apresentou grande importância, pois possibilitou a articulação entre as informações coletadas nos órgãos governamentais e não-governamentais com a realidade e as narrativas dos sujeitos. Consideramos relevante a citação e análise de três falas dos agricultores pois, acreditamos que as mesmas revelam a realidade, a partir dos eventos que vivenciam.

Na narrativa do senhor José (utilizamos nomes fictícios), agricultor no município de Nova Iguaçu, referente à Feira da Roça:

Todo mundo já conhece nossas mercadorias; eu por exemplo, já tenho até clientela fixa. (Entrevista concedida em trabalho de campo no dia 18/01/2013).

Para dona Maria:

Eu uso meu terreno todo, tenho a criação de animais e as plantações. Até 2000 e pouco os agricultores ficaram esquecidos, tinha gente que nem sabia que em Nova Iguaçu tinha tanta plantação. As pessoas quando não encontraram a feira, lá no centro, começaram a procurar por aqui mesmo. Isso é bom. É minha fonte de renda mais certa vender na feira. (Entrevista concedida em trabalho de campo no dia 26/01/2013).

Na fala de seu Francisco percebemos algumas diferenças devido ao funcionamento de sua propriedade:

Eu tenho mantido as atividades e os lucros regulares desde quando Tinguá estava fora das prioridades do município. Aqui não dependemos da feira nossa produção é grande e tem comercialização direta com redes de hortifruti, mas eu conheço muita gente por aqui que tem conseguido melhorar de vida por causa da atuação da prefeitura. (Entrevista concedida em trabalho de campo no dia 26/01/2013).

Na fala desses agricultores percebemos a valorização dos benefícios obtidos recentemente com a instituição da “Feira da Roça”, sua visibilidade pelo restante da cidade e, o mercado consumidor conquistado.

Nos dois primeiros casos fica evidente nas falas a importância da Feira da Roça como componente complementar da renda das famílias produtoras, contribuindo com uma média aproximada de 800 reais mensais, além da visibilidade alcançada pela produção, que possui qualidade e especificidades que atraem os consumidores.

Os agricultores ainda apontaram para a necessidade de melhoria das ruas e estradas que dão acesso até os bairros rurais; segundo eles, as vias de circulação são perigosas e mal sinalizadas.

Entendemos, a partir dessas falas, que quando as políticas de governo conseguem intervir pela população rural, reconhecendo seus direitos e dando a estes visibilidade política e incentivos, existe a possibilidade de mudança social e econômica

e melhoria dos padrões de vida da população, reduzindo o êxodo rural e as práticas predatórias em relação aos recursos naturais.

## 6 CONCLUSÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, ao incluir na legislação no município as zonas rurais através do Plano Diretor de 2008, colaborou para a atração de investimentos tecnológicos e financeiros, para dar visibilidade aos agricultores e aos gêneros agrícolas aí produzidos e ao espaço ocupado pela agricultura. Nesse sentido, ampliou o atendimento de serviços e infraestruturas até as zonas rurais, incentivando a produção através do projeto Feira da Roça, além dos recursos e beneficiamentos das áreas de preservação biológica nas proximidades dos espaços agrícolas.

Com a nova legislação as zonas rurais ganharam maior visibilidade, novas diretrizes foram traçadas para o atendimento desse “novo” espaço, eventos comemorativos e festas municipais foram incentivados, bem como, novas políticas públicas para o município. O aspecto mais relevante do reconhecimento público das áreas rurais foi trazer para o tempo presente a evidente existência do espaço rural, assim como, sua importância econômica para o município, mostrando a diversidade de espaços e a coexistência de atividades historicamente ativas em Nova Iguaçu. Com o Plano Diretor que vigora a diversidade foi contemplada e apoiada popularmente.

Apesar da legislação atender às demandas populares, garantidas pela colaboração de um Plano Diretor participativo, e ainda existem muitas questões a serem melhoradas. As condições socioeconômicas, os aspectos físicos e ambientais, a segurança alimentar, a valorização e melhoramento das técnicas para a produção orgânica, capitalização e distribuição de recursos, os investimentos e desenvolvimento tecnológico, a estrutura rural, os modelos federais para agricultura, os índices de produtividade, a estrutura fundiária e as relações de trabalho no rural são alguns exemplos.

Com esta pesquisa buscamos trazer para o debate todo o histórico de formação e estruturação econômica do município de Nova Iguaçu, mostrando como as áreas rurais – mesmo nos períodos em que eram consideradas “inexistentes” do ponto de vista legal - sempre fizeram parte do espaço em questão. A presentamos como nasce a dicotomia entre urbano e rural e toda a problemática relativa a classificação dos



espaços em âmbito nacional; apontamos como esta classificação está delimitada pelas flutuações da agenda política e contradições existentes num lugar produtor de riqueza e alimento, mas que é definido pela sua suposta “precariedade”; destacamos para a importância de se reconhecer o espaço rural, e atender as demandas populares dos que aí vivem e realizamos uma breve análise espaço-temporal do entorno das áreas preservadas da Reserva Biológica do Tinguá.

É importante ressaltar que todo arcabouço legal que fundamenta os espaços rurais ainda apresenta deficiências motivadas, entre outros motivos, pela fragilidade da participação popular, organização e autonomia política por parte dos grupos sociais relacionados às atividades rurais.

Vive-se um momento crucial, tempos em que a dicotomia urbano e rural num país diverso e amplo como o Brasil precisa ser amplamente discutida por todas as esferas sociais – governos e sociedade, garantindo à sociedade o direito de decidir sobre a necessidade de criação de um novo sistema de base justa e sustentável, atento à questão das relações desiguais de poder que envolvem historicamente a relação entre espaço urbano x rural.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007. 296 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. 1997, 199 p. Dissertação (Mestrado de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro. **Revista Fluminense de Geografia**, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109 – 124, 2002.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.81 – 109.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 182. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em: abr., 2013.

BRASIL. Nova Iguaçu. **Lei nº 006**, 12/12/1996. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da cidade de Nova Iguaçu.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **DECRETO Nº 6.977**, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009 Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor dos financiamentos de custeio agropecuário, com vencimento em 2009, contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **DECRETO Nº 7.794**, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **DECRETO Nº 7.973**, DE 28 DE MARÇO DE 2013. Gestão de risco/Banco Central (2011). Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 612**, DE 4 DE ABRIL DE 2013. Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; altera a Lei no 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 70**, de 4 de agosto de 2008, que aprova a metodologia do Programa de Organização Produtiva da Agricultura Familiar (AGRO-B), em concordância com o que determina a Portaria nº 105.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Consulta ao banco de dados do PRONAF (2012/2013)** Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2390358>. Acesso em: abr., 2013

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.17. p. 115-124. 2003.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002. v. 2.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil- seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-Paisagem**. Niterói, v. 5, n. 9, Jan./Jul., 2006. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>. Acesso em: Dez., 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernidade dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 379.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 114.

\_\_\_\_\_. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, São Paulo: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. p. 218.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993. p. 336.

LAZARONI, Dalva (Coord.). **Devoção e esquecimento: presença do barroco na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Governo do estado do Rio de Janeiro, 2001. p. 86. Disponível em: <http://www.dalvalazaroni.com.br/noticias/pagina/34/Devocao-e-esquecimento-presenca-do-barroco-na-Baixada-Fluminense>. Acesso em: Jan, 2013.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 187-208. 2009.

MENEZES, Paulo Marcio Leal de; DIAS, Aline Colli; COSTA, Bruno Fontoura. **Cartografia reversa - Evolução da divisão político-administrativa do estado do Rio de Janeiro**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 9., 2003. Mérida, México. 2003. p. 9.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Eurico. A difícil delimitação de «urbano» e do «rural» alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, p. 17, abr. 1987.

MOREIRA, Roberto José. Mercado de trabalho rural e parceria: constituição originária e ideologia de subsistência. **Redecapa**, México, v. II, n. II, p. 83-93.1995.

NAKANO, Anderson Kazuo. Desenvolvimento urbano e territorial em municípios periurbanos - Diferenciações no universo de municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., Rio de Janeiro, **Anais**. Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV, 1977. 170 p.

PORTELA, Valdinei Fortunato ; JÚNIOR, Waldemar M. Vilhena . Agricultura Familiar no Centro Urbano: A Experiência do Bairro Operário em Boa Vista-Roraima. **Revista eletrônica de Ciências Sociais, História e relações Internacionais**. Boa Vista, v. 01, p. 01, 2008. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/examapaku/article/view/69> Acesso em: mar. 2013.

PORTO, Stela Grossi (Org.). **Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro. Dimensões e olhares.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 228 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** São Paulo: Brasiliense, 1999. 102 p.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): economia e território em processo.** 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana.** Embrapa. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM036.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008, 136p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005, 174p.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007, 176p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** 4. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008, 383p.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e geração de renda no meio rural.** São Paulo: ABET, 1998. 127p.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** 1. ed. Mesquita: Editora Entorno, 2007, 300p.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI.** 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.

SILVA, Tiago Moreira Melo e. A presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. 29 f.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Nova Iguaçu**: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. 1960. 134 f. Tese de livre docência - Faculdade Nacional de Filosofia. Programa da Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1960.

SOUZA ALVES, José Cláudio. **Dos Barões ao extermínio**: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: Sepe/APPH -Clio, 2003, 197 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

#### Fontes manuscritas

Arquivo Nacional. Inventário de Maria Vitória da Conceição. Caixa 1117. Processo 8254. Juízo de órfãos. Pilar, 1816.

#### Fontes em periódicos

Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro, 6 de julho de 1821.

#### Fontes da internet

<http://participacaocidada.blogspot.com.br/2013/02/nova-iguacu-quer-acabar-com-tradicional.html> - Acesso em 02/02/2013.

## Apêndice

Apêndice A - Questionário socioeconômico destinado aos agricultores familiares urbano do município de Nova Iguaçu

Bairro: \_\_\_\_\_

**Quantas pessoas moram neste domicílio?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**Qual é a faixa etária?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**Nascido no município de Nova Iguaçu?**

( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

**Nascido no Estado do Rio de Janeiro?**

( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

**Quanto tempo mora em Nova Iguaçu?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Qual é a principal atividade desenvolvida no domicílio?**

Resposta? \_\_\_\_\_

**Quem trabalha na propriedade?**

- ( ) Somente a família
- ( ) A família juntamente com trabalhadores contratados
- ( ) A família juntamente com trabalhadores temporários
- ( ) Somente trabalhadores contratados
- ( ) Não informou

**O que é produzido?**

- ( ) Berinjela
- ( ) Goiaba
- ( ) Quiabo
- ( ) Aipim

- ( ) Banana
- ( ) Verduras
- ( ) Pimentão
- ( ) Outros Quais? \_\_\_\_\_

**Como é feita a comercialização?**

- ( ) Vende na feira
- ( ) Entrega nos mercados
- ( ) Entrega nas cooperativas
- ( ) Vende na porta
- ( ) Não vende (somente para consumo da família)
- ( ) Outros Qual? \_\_\_\_\_

**Qual a principal razão que levou a família a praticar a agricultura urbana?**

- ( ) Aumento da renda com a venda dos produtos
- ( ) Tradição com a agricultura
- ( ) Consumo e subsistência
- ( ) Lazer
- ( ) Outros Qual? \_\_\_\_\_

**Qual tamanho da área?**

Resposta: \_\_\_\_\_